

**Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023**

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600, 4º andar - Ala Oeste - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90010-395 -
Fone: (51)98924-8916 - www.trf4.jus.br - Email: rspoa16@jfrs.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL Nº 5069286-12.2016.4.04.7100/RS**EXEQUENTE:** UNIÃO - FAZENDA NACIONAL**EXECUTADO:** SERVIPARK ESTACIONAMENTOS E PARTICIPACOES LTDA**APENSO(S) ART.28 LEF:** 5031368-76.2013.4.04.7100, 5050911-94.2015.4.04.7100, 5074999-94.2018.4.04.7100, 5075976-91.2015.4.04.7100**EDITAL Nº 710017333224****DESPACHO/DECISÃO - EDITAL DE LEILÃO****PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO:**

Trata-se de execução fiscal apta à realização de leilão do(s) bem(ns) penhorado(s), conforme diligências realizadas pela Secretaria desta Vara.

Não houve interesse da parte exequente na adjudicação dos bens penhorados (art. 881 da Lei 13.105/2015), tampouco pedido da parte exequente para alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor (art. 880, caput, da Lei 13.105/2015).

Assim, com base no art. 730 da Lei 13.105/2015 e Resolução nº 236 de 13/07/2016 - CNJ, determino a realização de leilão público para alienação dos bens penhorados (evento 118, TERMOPENH1), assim descritos resumidamente:

- **01 (um) imóvel matriculado sob o nº 79.055 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS**, reavaliado em R\$937.854,00 (novecentos e trinta e sete mil oitocentos e cinquenta e quatro reais), em 10/2022 (evento 211, AUTO2), abaixo descrito:



Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

79.055 MATRÍCULA		REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1.ª ZONA — P. ALEGRE		FLS.	MATRÍCULA
		LIVRO N.º 2 — REGISTRO GERAL			
PORTO ALEGRE, 08 de outubro		de 19 87			

Imóvel: O espaço estacionamento nº 100 do Edifício Garagem Coronel Vicente, com entrada pelo nº 555 da rua Cel. Vicente, localizado no 2º pavimento ou 1º andar, destinado à lavagem de veículos, localizado à esquerda de quem, pela rampa atinge esse pavimento vindo do pavimento inferior, paralelo à rua Cel. Vicente, nos fundos e à direita de quem da av. Alberto Bins, olha para o prédio, com a área total de 663,46mq, e privativa de 313,14mq, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,056320 nas coisas de uso comum e no terreno.

O terreno, onde assenta a construção, mede 22,00m de frente à av. Alberto Bins, por 66,00m de extensão da frente ao fundo, em linha reta por um lado, onde limita com o prédio 509 da mesma avenida, pertencente à Comunidade São José e, pelo outro lado, por 33,00m de extensão da frente ao fundo, dividindo-se desse lado com propriedade que é ou foi de Rita Martins Cidade, e dali a divisa faz ângulo reto, seguindo linha reta, com 19,52m de extensão até o alinhamento da rua Cel. Vicente, onde faz frente e mede 19,80m; daí a divisa segue um ângulo reto na extensão de 30,10m, dividindo com propriedade do Instituto Riograndense do Arroz, e desse faz novo ângulo reto seguindo a linha divisória numa extensão de mais 13,20 metros, confrontando com propriedade do mesmo Instituto, formando aí mais um ângulo reto, seguindo a divisa numa extensão de 11,00m até encontrar o final da linha inicialmente descrita com 66,00m de comprimento e que partiu da av. Alberto Bins.- Bairro: Centro. Quarteirão: ruas Coronel Vicente, Pinto Bandeira, avenidas Alberto Bins e Independência.-

R.6/79.055 10 de outubro de 2000.-
 Promessa de Compra e Venda: Contrato particular datado de 28.03.2000, aditado por outro datado de 28.07.2000.- Declaração datada de 25.09.2000.-
 Devedores: Maria Lourdes Noll, brasileira, viúva, de lides domésticas, CIC nº 232.963.640-72, domiciliada nesta Capital e Luiz Alberto Noll, agropecuarista, CIC nº 012.537.000-87, e sua mulher Mariana Zanetin Noll, do lar, CIC nº 436.562.000-25, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, domiciliados em Viamão/RS.-
 Credora: Servipark - Estacionamentos e Participações, com sede nesta Capital, CNPJ nº 01.358.716/0001-28.-

Ônus: Constam débitos de condomínio vencidos no valor de R\$218.931,94 (duzentos e dezoito mil novecentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos), até 17/12/2022 (evento 226, PET1).

Constam, ainda, débitos de IPTU a vencer no valor de R\$14.780,86 (quatorze mil setecentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos), até 14/12/2022 (evento 226, PET1); além da penhora destes autos (AV-11/79.055), constam: AV-8/79.055: penhora nos autos do processo nº 5050911-94.2015.4.04.7100; AV-9/79.055: penhora nos autos do processo nº 5031368-76.2013.4.04.7100; AV-10/79.055: penhora nos autos do processo nº 5074999-94.2018.4.04.7100 (todos

5069286-12.2016.4.04.7100

710017333224.V30

**Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023**

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

atualmente em trâmite nesta Vara Federal, como apensos deste feito); bem como AV-12.79.055: rerratificação de penhora nos autos do presente feito e dos processos nº 5050911-94.2015.4.04.7100, 5031368-76.2013.4.04.7100, 5074999-94.2018.4.04.7100 e 5075976-91.2015.4.04.7100, todos em trâmite nesta Vara, conforme evento 226, MATRIMÓVEL5. Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.

- **01 (um) imóvel matriculado sob o nº 79.037 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS**, reavaliado em R\$112.492,00 (cento e doze mil quatrocentos e noventa e dois reais), em 10/2022 (evento 211, AUTO2), abaixo descrito:



Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

REGISTRO DE IMOVEIS DA 1.ª ZONA — P: ALEGRE
LIVRO N.º 2 — REGISTRO GERAL

PORTO ALEGRE, 08 de outubro de 19 87

79.037 MATRICULA	PLS.	MATRICULA	1	79.037
---------------------	------	-----------	---	--------

Imóvel: O espaço estacionamento nº 001 do Edifício Garagem Coronel Vicente, com entrada pelo nº 555 da rua Cel. Vicente, localizado no 1º pavimento ou andar terreo, à esquerda de quem da rua Cel. Vicente olha para o prédio, paralelo à esta rua, nos fundos, para quem da av. Alberto Bins olha para o edifício, junto e paralelo ao reservatório de água, com a área total de 79,59mq, e privativa de 37,56mq, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,006756 nas coisas de uso comum e no terreno.

O terreno, onde assenta a construção, mede 22,00m de frente à av. Alberto Bins, por 66,00m de extensão da frente ao fundo, em linha reta por um lado, onde limita com o prédio 509 da mesma avenida, pertencente à Comunidade São José e, pelo outro lado, por 33,00m de extensão da frente ao fundo, dividindo-se desse lado com propriedade que é ou foi de Rita Martins Cidade, e dali a divisa faz angulo reto, seguindo linha reta, com 19,52m de extensão até o alinhamento da rua Cel. Vicente, onde faz frente e mede 19,80m; daí a divisa segue um angulo reto na extensão de 30,10m, dividindo com propriedade do Instituto Riograndense do Arroz, e desse faz novo angulo reto seguindo a linha divisória numa extensão de mais 13,20 metros, confrontando com propriedade do mesmo Instituto, formando aí mais um angulo reto, seguindo a divisa numa extensão de 11,00m até encontrar o final da linha inicialmente descrita com 66,00m de comprimento e que partiu da av. Alberto Bins. - Bairro: Centro. Quarteirão: ruas Coronel Vicente, Pinto Bandeira, avenidas Alberto Bins e Independencia. -

R.5/79.037 10 de outubro de 2000. -
Promessa de Compra e Venda: - Contrato particular datado de 28.03.2000, aditado por outro datado de 28.07.2000. - Declaração datada de 25.09.2000. -
Devedores: Maria Lourdes Noll, brasileira, viúva, de lides domésticas,

CIC nº 232.963.640-72, domiciliada nesta Capital e Luiz Alberto Noll, agropecuarista, CIC nº 012.537.000-87, e sua mulher Mariana Zanetin Noll, do lar, CIC nº 436.562.000-25, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, domiciliados em Viamão/RS. -
Credora: Servipark - Estacionamentos e Participações, com sede nesta Capital, CNPJ nº 01.358.716/0001-28. -

Ônus: Constatam débitos de condomínio vencidos no valor de R\$27.820,66 (vinte e sete mil oitocentos e vinte reais e sessenta e seis centavos), até 17/12/2022 (evento 226, PET1).

Além da penhora destes autos (AV-12/79.037), constam: AV-9/79.037: penhora nos autos do processo nº 5050911-94.2015.4.04.7100; AV-10/79.037: penhora nos autos do processo nº 5031368-76.2013.4.04.7100; AV-11/79.037: penhora nos autos do processo nº 5074999-94.2018.4.04.7100 (todos

5069286-12.2016.4.04.7100

710017333224.V30

**Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023**

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

atualmente em trâmite nesta Vara Federal, como apensos deste feito); bem como AV-13.79.037: rerratificação de penhora nos autos do presente feito e dos processos nº 5050911-94.2015.4.04.7100, 5031368-76.2013.4.04.7100, 5074999-94.2018.4.04.7100 e 5075976-91.2015.4.04.7100, todos em trâmite nesta Vara, conforme evento 226, MATRIMÓVEL2. Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.

- **01 (um) imóvel matriculado sob o nº 79.047 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS**, reavaliado em R\$53.910,00 (cinquenta e três mil novecentos e dez reais), em 10/2022 (evento 211, AUTO2), abaixo descrito:



Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

79.047. MATRÍCULA		RÉGISTRO DE IMÓVEIS DA 1.ª ZONA — P. ALEGRE	
		LIVRO N.º 2 — REGISTRO GERAL	
	PORTO ALEGRE, 08 de outubro	de 19 87	1
			79.047

Imovel: O espaço estacionamento nº 011 do Edifício Garagem Coronel Vicente, com entrada pelo nº 555 da rua Cel. Vicente, localizado no 1º pavimento ou andar terreo, paralelo à rua Cel. Vicente, o 2º à esquerda de quem entra no prédio, com a área total de 38,13mq, área privativa de 18,00mq, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,003237 nas coisas de uso comum e no terreno.-----

 O terreno, onde assenta a construção, mede 22,00m de frente à av. Alberto Bins, por 66,00m de extensão da frente ao fundo, em linha reta por um lado, onde limita com o prédio 509 da mesma avenida, pertencente à Comunidade São José e, pelo outro lado, por 33,00m de extensão da frente ao fundo, dividindo-se desse lado com propriedade que é ou foi de Rita Martins Cidade, e dali a divisa faz ângulo reto, seguindo linha reta, com 19,52m de extensão até o alinhamento da rua Cel. Vicente, onde faz frente e mede 19,80m; daí a divisa segue um ângulo reto na extensão de 30,10m, dividindo com propriedade do Instituto Riograndense do Arroz, e desse faz novo ângulo reto seguindo a linha divisória numa extensão de mais 13,20 metros, confrontando com propriedade do mesmo Instituto, formando aí mais um ângulo reto, seguindo a divisa numa extensão de 11,00m até encontrar o final da linha inicialmente descrita com 66,00m de comprimento e que partiu da av. Alberto Bins.- Bairro: Centro. Quarteirão: ruas Coronel Vicente, Pinto Bandeira, avenidas Alberto Bins e Independência.-

R.4/79.047 10 de outubro de 2000.-
Promessa de Compra e Venda: Contrato particular datado de 28.03.2000, aditado por outro datado de 28.07.2000.- Declaração datada de 25.09.2000.-
Devedores: Maria Lourdes Noll, brasileira, viúva, de lides domésticas, CIC nº 232.963.640-72, domiciliada nesta Capital e Luiz Alberto Noll, agropecuarista, CIC nº 012.537.000-87, e sua mulher Mariana Zanetin Noll, do lar, CIC nº 436.562.000-25, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, domiciliados em Viamão/RS.-
Credora: Servipark - Estacionamentos e Participações, com sede nesta Capital, CNPJ nº 01.358.716/0001-28.-

Av.5/79.047 10 de outubro de 2000.-
Correção: No registro sob nº 4, acima, é somente devedora na promessa de compra e venda, Maria Lourdes Noll, brasileira, viúva, de lides domésticas, CIC nº 232.963.640-72, domiciliada nesta Capital, e não como constou.-

Ônus: Constam débitos de condomínio vencidos no valor de R\$26.667,48 (vinte e seis mil seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos), até 17/12/2022 (evento 226, PET1).

**Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023**

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

Além da penhora destes autos (AV-13/79.047), constam: AV-9/79.047: notícia de penhora nos autos do processo nº 001/1.15.0174235-4, em trâmite na 14ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre/RS, movido por Condomínio Garagem Coronel Vicente; AV-10/79.047: penhora nos autos do processo nº 5050911-94.2015.4.04.7100; AV-11/79.047: penhora nos autos do processo nº 5031368-76.2013.4.04.7100; AV-12/79.047: penhora nos autos do processo nº 5074999-94.2018.4.04.7100 (todos atualmente em trâmite nesta Vara Federal, como apensos deste feito); bem como AV-14.79.047: rerratificação de penhora nos autos do presente feito e dos processos nº 5050911-94.2015.4.04.7100, 5031368-76.2013.4.04.7100, 5074999-94.2018.4.04.7100 e 5075976-91.2015.4.04.7100, todos em trâmite nesta Vara, conforme evento 226, MATRIMÓVEL4. Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.

- **01 (um) imóvel matriculado sob o nº 79.039 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre/RS**, reavaliado em R\$53.910,00 (cinquenta e três mil novecentos e dez reais), em 10/2022 (evento 211, AUTO2), abaixo descrito:



Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

79.039 MATRÍCULA		REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1.ª ZONA — P. ALEGRE	
		LIVRO N.º 2 — REGISTRO GERAL	
	PORTO ALEGRE: 08 de outubro	de 19 87	1
			79.039

Imóvel: O espaço estacionamento nº 003 do Edifício Garagem Corohel Vicente, com entrada pelo nº 555 da rua Cel. Vicente, localizado no 1º pavimento ou andar terreo, nos fundos do edifício, o 2º a contar da esquerda para a direita de quem da rua Cel. Vicente olha para o prédio e perpendicular a esta, com a área total de 38,13mq, e privativa de 18,00mq, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,003237 nas coisas de uso comum e no terreno.

O terreno, onde assenta a construção, mede 22,00m de frente à av. Alberto Bins, por 66,00m de extensão da frente ao fundo, em linha reta por um lado, onde limita com o prédio 509 da mesma avenida, pertencente à Comunidade São José e, pelo outro lado, por 33,00m de extensão da frente ao fundo, dividindo-se desse lado com propriedade que é ou foi de Rita Martins Cidade, e dali a divisa faz ângulo reto, seguindo linha reta, com 19,52m de extensão até o alinhamento da rua Cel. Vicente, onde faz frente e mede 19,80m; daí a divisa segue um ângulo reto na extensão de 30,10m, dividindo com propriedade do Instituto Riograndense do Arroz, e desse faz novo ângulo reto seguindo a linha divisória numa extensão de mais 13,20 metros, confrontando com propriedade do mesmo Instituto, formando aí mais um ângulo reto, seguindo a divisa numa extensão de 11,00m até encontrar o final da linha inicialmente descrita com 66,00m de comprimento e que partiu da av. Alberto Bins.- Bairro: Centro. Quilteirão: ruas Coronel Vicente, Pinto Bandeira, avenidas Alberto Bins e Independência.-

R.4/79.039 10 de outubro de 2000.-
Promessa de Compra e Venda: Contrato particular datado de 28.03.2000, aditado por outro datado de 28.07.2000.- Declaração datada de 25.09.2000.-
Devedores: Maria Lourdes Noll, brasileira, viúva, de lides domésticas, CIC nº 232.963.640-72, domiciliada nesta Capital e Luiz Alberto Noll, agropecuarista, CIC nº 012.537.000-87, e sua mulher Mariana Zanetin Noll, do lar, CIC nº 436.562.000-25, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, domiciliados em Viamão/RS.-
Credora: Servipark - Estacionamentos e Participações, com sede nesta Capital, CNPJ nº 01.358.716/0001-28.-

Av.5/79.039 10 de outubro de 2000.-
Correção: No registro sob nº 4, acima, é somente devedora na promessa de compra e venda, Maria Lourdes Noll, brasileira, viúva, de lides domésticas, CIC nº 232.963.640-72, domiciliada nesta Capital, e não como constou.-

Ônus: Constam débitos de condomínio vencidos no valor de R\$26.639,92 (vinte e seis mil seiscentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos), até 17/12/2022 (evento 226, PET1).



Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

Além da penhora destes autos (AV-12/79.039), constam: AV-9/79.039: penhora nos autos do processo nº 5050911-94.2015.4.04.7100; AV-10/79.039: penhora nos autos do processo nº 5031368-76.2013.4.04.7100; AV-11/79.039: penhora nos autos do processo nº 5074999-94.2018.4.04.7100 (todos atualmente em trâmite nesta Vara Federal, como apensos deste feito); bem como AV-13.79.039: rerratificação de penhora nos autos do presente feito e dos processos nº 5050911-94.2015.4.04.7100, 5031368-76.2013.4.04.7100, 5074999-94.2018.4.04.7100 e 5075976-91.2015.4.04.7100, todos em trâmite nesta Vara, conforme evento 226, MATRIMÓVEL3. Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.

Observação: Tendo em vista a informação da quitação dos contratos de promessas de compra e venda dos imóveis penhorados (evento 111, EMAIL1), e diante da ausência dos atos necessários à transferência da propriedade plena em favor da devedora, nos termos da decisão do evento 117, DESPADEC1, **a transferência formal da propriedade ocorrerá diretamente da terceira promitente vendedora (que é a proprietária tabular, conforme ainda consta das matrículas imobiliárias) para o arrematante. Como não haverá a transmissão da propriedade entre a promitente vendedora e a executada, promitente compradora, não há tributação municipal a esse propósito. Será devido o ITBI apenas quanto ao ato praticado por este juízo, consistente na expedição da carta de arrematação em proveito do licitante vencedor.**

Observação: o(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontra(m) e sem garantia.

Observação: o lance mínimo no leilão destes imóveis em quaisquer das datas será de 90% (noventa por cento) do valor da avaliação.

Depositário: representante legal da empresa executada, conforme evento 118, TERMOPENH1.

DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DO LEILÃO:

O leilão ocorrerá nos seguintes termos:

PRIMEIRO LEILÃO (CPC, art. 886, IV): dia **23 DE MAIO DE 2023, com encerramento às 14 horas**. Os lances poderão ser oferecidos, em primeiro leilão, desde o momento do lançamento do lote no site do leiloeiro, até o horário do encerramento, pela melhor oferta, desde que igual ou superior ao valor mínimo previsto neste edital, considerado preço vil para os fins do CPC, art. 891. Não sendo verificado lances em primeiro leilão, o leilão permanecerá aberto até a data do segundo leilão.

5069286-12.2016.4.04.7100

710017333224.V30

**Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023**

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

SEGUNDO LEILÃO (CPC, art. 886, V): dia **30 DE MAIO DE 2023**, com encerramento às **14 horas**. Haverá alienação do bem, em segundo leilão, pela melhor oferta, desde que igual ou superior ao valor mínimo previsto neste edital, considerado preço vil para os fins do CPC, art. 891.

OBSERVAÇÃO: Tanto no primeiro quanto no segundo leilão, bem como no repasse, sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de fechamento do pregão, e horário de encerramento do repasse, será prorrogado em 3 (três) minutos a cada lance novo, para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (CNJ, Resolução nº 236/2016, art. 21). Os bens em relação aos quais não houver oferta de qualquer lance, durante o pregão previsto para até às 14 horas, serão apregoados, novamente, em "repasse", por um período adicional de uma 1 hora, após 15 (quinze) minutos do término do pregão de todos os lotes. Durante a hora adicional em questão, de "repasse", observar-se-ão, para realização de lances, etc, as mesmas regras estipuladas para o pregão propriamente dito.

LOCAL (CPC, art. 886, IV): O leilão será realizado exclusivamente por meio eletrônico, via site <http://www.flaviogarcia.lel.br>.

DESIGNAÇÃO DO LEILOEIRO:

Com base no art. 883 da Lei 13.105/2015, nomeio para o encargo o Leiloeiro Flávio Bittencourt Garcia, matriculado na Junta Comercial/RS sob nº 093, fones (51) 3211-4449 e/ou (51) 99983-1620, e-mail: flaviobgarcia@terra.com.br.

O Leiloeiro restará compromissado quando da sua intimação deste despacho, servindo como ALVARÁ.

DILIGÊNCIAS INICIAIS A SEREM REALIZADAS PELO LEILOEIRO:

Ao Leiloeiro caberá providenciar certidão atualizada da matrícula do imóvel que será submetido ao leilão, bem como extrato dos eventuais débitos vencidos e/ou vincendos garantidos pelo bem e outros subsídios para fins de bem cumprir seu encargo.

Deverá o Leiloeiro verificar a localização e estado dos bens penhorados, para fins do leilão, facultada a remoção, às suas expensas, para fins da realização do leilão. Contudo, constatando, em suas diligências, a inviabilidade de



Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

arrematação dos bens penhorados, caberá ao Leiloeiro informar nos autos, abstendo-se de efetuar a remoção. Da informação, dê-se vista à credora para manifestar-se sobre a eventual desconstituição da penhora e prosseguimento dos atos constritivos.

Como parte do seu *munus*, caberá ao Leiloeiro divulgar a realização do leilão nos meios típicos dos mercados dos respectivos bens (tais como: *outdoors*, jornais, classificados, internet, sítios de ofertas, correio eletrônico, redes sociais etc), informando o sítio da internet e o que mais for necessário para o leilão eletrônico.

Para a realização do ato, fixo as condições aplicáveis, com base no § 1º do art. 880 da Lei 13.105/2015.

REGRAS GERAIS DO LEILÃO:

Esta decisão servirá como EDITAL DE LEILÃO a ser publicado, no prazo do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.830/80, na rede mundial de computadores, no sítio do TRF/4ª Região.

O executado será intimado do leilão, assim como o coproprietário, meeiro ou titular de outro direito sobre o bem (credor hipotecário, credor fiduciário, promitente comprador com contrato registrado na matrícula e demais interessados), recebendo cópia desta decisão-edital. No caso de penhora de bem ofertado por terceiro, deverá este ser intimado para remir o bem no prazo de 15 dias (art. 19, I, da Lei nº 6.830/80).

As intimações serão feitas por meios dos advogados constituídos nos autos diretamente no sistema de processo eletrônico. Os intimandos que não tiverem procurador serão cientificados do leilão por mandado judicial ou carta com aviso de recebimento, preferencialmente pela expedição de mandado, em razão do cumprimento virtual previsto no Provimento nº 86/2019, da Corregedoria-Regional do TRF da 4ª Região e na Portaria 1.751/2019, da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Caso frustrados esses meios, o executado será tido por intimado pela publicação deste Edital na imprensa oficial (art. 889, parágrafo único, da Lei 13.105/2015).

Sinalo ainda que, por se tratar de bem indivisível, nos termos do art. 843 do CPC, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem, e que terá aquele preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. Observe-se ainda que não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor

5069286-12.2016.4.04.7100

710017333224.V30

**Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023**

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação, conforme preceitua o §2º do referido dispositivo.

Considerando-se que a expropriação judicial é forma de aquisição originária da propriedade, os imóveis serão arrematados livres de débitos tributários (que se sub-rogam no preço) ou ônus que eventualmente gravem as respectivas matrículas (hipotecas, penhoras, arrolamento etc), cujo levantamento será providenciado por este Juízo.

No caso de bem alienado fiduciariamente, o crédito da instituição financeira será saldado com o produto do lance vencedor, expedindo-se alvará daquele valor ao credor fiduciário.

Os débitos de condomínio, da mesma forma, serão suportados pelo produto da arrematação.

Acaso reste suspenso o leilão em decorrência de pagamento ou parcelamento, responderá o executado pelas despesas do Leiloeiro, que arbitro em 2% (dois por cento) do valor da avaliação ou da dívida, o que for menor (cópia desta decisão poderá servir de título para a cobrança/protesto, instruída com os documentos pertinentes, sem prejuízo das medidas nesta própria execução), não podendo o valor resultante exceder R\$ 10.000,00 (dez mil reais), definido como o teto máximo do ressarcimento devido. De outro lado, não haverá ressarcimento ao Leiloeiro nos casos em que o leilão não for realizado em virtude de requerimento da parte credora.

Todas as pessoas físicas capazes e jurídicas legalmente constituídas poderão oferecer lance, devendo o Leiloeiro observar as restrições dos incisos do art. 890 da Lei 13.105/2015.

Será vencedor o maior lance.

Os *lances on-line* serão concretizados no ato de sua captação pelo provedor e não no ato de sua emissão pelo participante, assim, diante das diferentes velocidades nas transmissões de dados, dependentes de fatores alheios ao controle do provedor, o Leiloeiro e o Judiciário não se responsabilizam por lances ofertados que não sejam recebidos antes do fechamento do lote/batida do martelo.

REGRAS ESPECÍFICAS DO LEILÃO DE IMÓVEIS:

**Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023**

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

O lance mínimo de imóveis, tanto no primeiro leilão como no segundo leilão, será de **90% (noventa por cento)** da avaliação (art. 891 da Lei 13.105/2015).

Arbitro a comissão do Leiloeiro em 6% (seis por cento) do valor do lance.

Para a expedição da carta de arrematação, deverá o arrematante comprovar o pagamento do ITBI, bem como as respectivas custas.

A carta de arrematação determinará o cancelamento da penhora realizada por este juízo, bem como de quaisquer outros ônus registrados/averbados na matrícula do imóvel, tais como penhoras, averbações premonitórias, notícias de penhora, indisponibilidade judicial, arrolamento, hipoteca etc.

Expedida a carta de arrematação, será o leiloeiro intimado a proceder à imissão na posse do bem pelo seu adquirente, expedindo-se, caso necessário e requerido, mandado judicial para tal fim (CPC, art. 903, § 3º), ficando, desde logo, autorizado o uso de força policial, se necessário.

Tratando-se de penhora de fração ideal ou de bem sujeito a meação ou copropriedade, o leilão atingirá a integralidade do bem, sendo reservado do produto do lance o valor correspondente à respectiva cota.

REGRAS DO PARCELAMENTO DO LANCE QUANTO A IMÓVEIS:

O pagamento poderá ser à vista, mediante caução de 20% (vinte por cento) do lance vencedor, por depósito ou transferência bancária em dois dias úteis, e depósito do restante em até cinco dias úteis. Não paga nesse prazo a integralidade do lance, será perdida a caução em favor da credora (art. 897 da Lei 13.105/2015).

Considerando a anuência da União (Fazenda Nacional) - evento 217, PET1, será possível o parcelamento do lance na forma do art. 98 da L. 8.212/91 e Portaria da Fazenda Nacional 79/2014, em 60 (sessenta) parcelas, corrigidas pela taxa SELIC acumulada mensalmente, mais um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. O parcelamento do valor da arrematação será limitado ao montante da Dívida Ativa objeto da execução e o valor excedente, será depositado à vista, pelo arrematante, no ato da arrematação. Levada a efeito a arrematação, o valor parcelado constituir-se-á débito do arrematante. A Carta de Arrematação servirá à constituição de hipoteca ou de alienação fiduciária do bem adquirido, em favor do credor, com registro da garantia. O valor da primeira prestação deverá ser depositado no ato e será considerado como pagamento parcial.

5069286-12.2016.4.04.7100**710017333224.V30**

**Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023**

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

É ônus do arrematante, munido da carta de arrematação, promover o parcelamento junto à credora. Se o arrematante deixar de pagar no vencimento qualquer das prestações mensais, o acordo de parcelamento respectivo será rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor remanescente, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa rescisória. Em havendo a rescisão do acordo de parcelamento, o crédito será inscrito em Dívida Ativa e executado, indicando-se à penhora o imóvel hipotecado.

Existindo **reserva de quota-parte de cônjuge ou coproprietário não executado sobre o bem**, o arrematante deverá depositar, **à vista, o montante equivalente à quota-parte, calculada sobre o valor da avaliação**; o parcelamento do saldo que sobejar obedecerá às demais regras estabelecidas neste tópico.

REGRAS ESPECÍFICAS DO LEILÃO DE BENS MÓVEIS:

No primeiro leilão e no segundo leilão não poderá ser aceito lance inferior aos seguintes limites mínimos, que fixo com base no art. 891 da Lei 13.105/2015:

- a) Veículos automotores em geral: mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação;
- b) Para quaisquer outros bens móveis: mínimo de 40% (quarenta por cento) da avaliação.

Arbitro a comissão do Leiloeiro em 10% (dez por cento) do valor do lance.

O pagamento será à vista, mediante caução de 20% (vinte por cento) do lance vencedor, via depósito judicial no prazo de até 48 horas, e o depósito do restante em até três dias úteis. Não paga nesse prazo a integralidade do lance, será perdida a caução em favor da credora (art. 897 da Lei 13.105/2015), como indenização pelo retardamento do leilão, que deverá ser refeito, podendo, se for o caso, ser apregoado em venda direta. Caberá ao Leiloeiro controlar a integralização do pagamento.

O arrematante receberá, em se tratando de veículos, tais bens livres de penhoras, multas, taxas de licenciamento e IPVA, atrasados.

VENDA DIRETA:

**Disponibilizado no D.E.: 18/04/2023**

Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

Restando negativa a hasta, fica desde já autorizada a venda direta dos bens penhorados a qualquer interessado, somente pela internet, no site indicado pelo(a) Leiloeiro(a), observando-se as seguintes condições específicas:

a) período ininterrupto de disponibilidade para lance pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contado da data do segundo leilão, ficando suspensa a execução fiscal;

b) o valor da maior oferta deve ser apurado em até 24 (vinte e quatro) horas após o término do prazo estipulado no item "a";

c) a venda de imóveis poderá ser realizada de forma parcelada, desde que respeitadas as regras específicas antes fixadas para tanto;

d) o pagamento das parcelas deverá ser feito mediante depósito judicial, em conta vinculada a este processo e aberta quando do primeiro recolhimento;

e) ao final do prazo do item "a", caso o maior lance seja inferior ao mínimo estabelecido neste edital, a homologação será encaminhada para decisão judicial específica, em que se analisará a ocorrência ou não de preço vil.

Intimem-se, inclusive o Leiloeiro, oportunizando-se-lhe vista dos autos.

Cumpra-se.

Documento eletrônico assinado por **TIAGO SCHERER, Juiz Federal Substituto**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **710017333224v30** e do código CRC **f56ab208**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): TIAGO SCHERER

Data e Hora: 14/4/2023, às 19:4:10

5069286-12.2016.4.04.7100

710017333224.V30